

VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
28 a 31 de outubro de 2007 • Salvador • Bahia • Brasil

Debates em Museologia e Patrimônio
Comunicação oral

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MUSEOLOGIA E
PATRIMÔNIO: uma relação em sincronia**

Eurípedes Gomes da Cruz Júnior (PPGPMUS/UNIRIO/MAST,
euripedes@museuimagensdoinconsciente.org.br)
Tereza Cristina Moletta Scheiner (PPGPMUS/UNIRIO/MAST, tacnet.cultural@uol.com.br)

Resumo: O desequilíbrio sócio ambiental em uma pequena comunidade pesqueira próxima ao Rio de Janeiro é o ponto de partida para tentar compreender os processos socioeconômicos que resultaram no impasse atual entre desenvolvimento e preservação dos recursos naturais, vitais para a manutenção da espécie humana. O trabalho analisa a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável a partir dos discursos das agências internacionais, de cientistas sociais e do Estado. Traz indagações sobre o papel da Museologia e dos museus face a esta realidade, e relaciona um elenco de opções possíveis para uma intermediação através da informação, da educação ambiental e patrimonial.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Museologia. Museu. Educação patrimonial.

Abstract: *The failure of the socio-economics balance in a little fishing community near Rio de Janeiro is the stating point to try to understand the processes that had resulted in the today's problem between development and environment preservation, vital for the maintenance of human being species. The work analyzes the evolution of the concept of sustainable development from the speeches of the international agencies, of social scientists and the State. It brings investigations on the paper of the Museology and the museums face to this reality, and relates a cast of possible options for mediation through information, environment and heritage education.*

Keywords: *Sustainable development. Museology. Museum. Patrimonial education.*

“O homem mais rico é aquele
cujos prazeres são os mais simples”
Henry Thoreau

Cena 1, Brasil, anos 70

Lembro do então ministro da economia Delfim Neto, na televisão. Ele dizia que o país estava crescendo, e que este crescimento traria o desenvolvimento, que iria melhorar a vida de todos os brasileiros. Entretanto, tinha uma premissa: era preciso “esperar o bolo crescer”, para depois dividi-lo.

Seus óculos passavam a impressão de um intelectual que falava com propriedade sobre o assunto, enquanto o jeito bonachão inspirava confiança.

Cena 2, baía da Ilha Grande, anos 80

A pesca, atividade principal dos moradores da ilha, era economicamente rentável. Havia fartura de várias espécies de pescado e embora os cardumes de sardinha já estivessem bastante diminuídos na região, suas frotas de barcos percorriam o litoral sudeste e sul do país em busca daquele que era o principal produto de sua atividade econômica. Os pescadores tinham orgulho de sua atividade, que garantia o sustento de suas famílias há mais de dois séculos.

Cena 3, baía da Ilha Grande, anos 90

A crise da escassez da sardinha faz com que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) introduza o chamado defenso, ou proibição da pesca da sardinha por um determinado período. Neste interregno os pescadores recebiam um pequeno subsídio do governo para manterem-se em terra. A queda na produção e o progressivo aumento do tempo de defenso levam os donos dos barcos à prática da pesca do arrastão na baía. Este método constitui-se no emprego de duas embarcações que puxam uma rede, fazendo uma varredura no fundo do mar, recolhendo tudo o que encontra pelo caminho, sem distinção de espécie ou idade¹. Os pescadores vendem suas propriedades para os turistas e vão se instalar nas favelas da cidade de Angra dos Reis, no continente.

Cena 4, baía da Ilha Grande, 3º milênio

Com a extinção das espécies que habitavam a baía, fruto da pesca predatória do arrastão, somente as espécies mais vorazes ainda são encontradas. Os antigos pescadores agora são donos de humildes pousadas, que já enfrentam a concorrência daquelas dirigidas pelos antigos turistas que depois de se apropriarem das terras, agora o fazem na atividade econômica. Os mais jovens já não desejam mais a vida insular.

Qual a ligação entre esses fatos? Porque em menos de trinta anos uma equilibrada relação secular entre o homem e o meio ambiente foi extinta, um patrimônio natural de valor inestimável foi exaurido dessa maneira?

A baía da Ilha Grande é um criadouro natural de peixes, um viveiro de águas protegidas pela enorme montanha de 40 quilômetros de extensão, que corre paralela ao continente. A existência de uma famosa unidade prisional em seu território manteve durante muito tempo a idéia daquele espaço como uma zona de exclusão. Após a ditadura militar, a penitenciária foi implodida. A partir daí intensificou-se um fluxo de turismo cujo crescimento levou o IBAMA e a Prefeitura de Angra dos Reis a estabelecer limites numéricos para a entrada de visitantes na ilha neste verão de 2007.

O bolo cresceu, e muito. Olhando para os anos 70, podemos ver quanto o país aumentou sua capacidade de produção, o volume dos recursos econômicos medidos agora em trilhões de dólares. Entretanto, basta uma simples análise sobre o fato de que, apenas com a distribuição da Bolsa-Família, uma pequena ajuda pecuniária feita pelo governo, milhões de pessoas saíram da faixa da miséria para ingressarem na pobreza.

Então, o que deu errado?

O desenvolvimento insustentável

Celso Furtado já havia denunciado à época do próprio Delfim Neto, o mito do desenvolvimento econômico. Esse mito fundamentou-se na idéia de que desenvolvimento e crescimento econômico seriam equivalentes. Os indicadores desse processo são os volumes de recursos produzidos pela economia, (tais como o Produto Interno Bruto) divididos pelo número de habitantes (renda *per capita*). A modernização, fruto da absorção da tecnologia no dia-a-dia dos indivíduos iria progressivamente alcançar as classes menos integradas ao sistema. Ou seja, o bolo, sempre ele.

Esse conceito começa a desabar, devido a vários fatores. Como um paradigma ocidental de desenvolvimento, mostrou-se inadequado e incapaz de reproduzir-se, especialmente nos países do chamado Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, a evolução de novos conceitos nas ciências sociais, analisando as desigualdades, incluindo a diversidade cultural e natural como elementos partícipes, passou a questionar a validade desse paradigma e a apontar para os indicadores de uma progressiva deterioração das relações sociais, culturais e ambientais.

Hoje é evidente que a teorização do fato econômico como fator único do desenvolvimento serviu como cortina de fumaça para a implantação de uma danosa política de exploração dos recursos naturais dos países mais pobres, especialmente a América Latina e a África. O capital internacional financia a instalação dos parques de exploração (nunca a tecnologia de ponta), ou até de uma industrialização pré-manufaturadora, onde é feita uma primeira etapa de beneficiamento que posteriormente será agregada aos seus produtos, já em escala terciária de produção, com muito maior valor. Muitas vezes esses mesmos produtos, agora com valor agregado, retornavam ao país de origem (O Brasil exportou durante muito tempo o algodão para as calças *jeans* que importava depois). O financiamento para a implantação/modernização dos parques industriais foi feito pelo capital estrangeiro, reunidos sob a sombria denominação de Fundo Monetário Internacional (FMI), levando os países ao endividamento. Esse laço foi utilizado para o controle das economias internas das nações subjugadas, onde no balanço das trocas comerciais elas ficavam cada vez mais devedoras.

Quando o sistema começou a dar mostras de exaustão – os países não conseguiam mais sequer pagar os juros de suas dívidas, teve início um novo ciclo de exploração. O processo de globalização foi impulsionado com a transferência massiva de investimentos de um país para o outro, num fluxo cada vez mais rápido, facilitado pela tecnologia (“aquela”, que nos levaria à modernidade), os mercados agora interligados mundialmente, tornando os recursos voláteis e deixando os governos a mercê de seus ditames. Veio a época inflacionária,

onde um país após o outro era sugado até a exaustão pela desvalorização intencional de sua moeda. Isso voltou a capitalizar o sistema, que entrou numa nova fase que denominamos globalização.

A dominação econômica exercida pelos mercados, que agora independem do Estado, dos governos, é fundamentada nos preceitos de uma contra-revolução capitalista que recebeu o nome de neoliberalismo.

Este poderia ser mais um ciclo na história da exploração do homem pelo homem. Mas dessa vez, algo diferente estava ocorrendo.

Sachs (2002, p. 48) diz que “a conscientização ambiental pode ser parcialmente atribuída ao choque produzido pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima e à descoberta de que a humanidade havia alcançado poder técnico para destruir eventualmente toda vida do nosso planeta”. Ele também cita a aterrissagem na Lua como um feito que demonstra a finitude do planeta Terra, e também podemos acrescentar que este fato traz um novo ponto de vista para o homem. Contemplar um objeto como um todo é reconhecer (identificar) os seus limites.

Uma parcela expressiva de indivíduos passa a ter o seu interesse pela natureza despertado, a valorização dos ambientes naturais, o turismo ecológico começa a evoluir, em muitos países os jovens buscam não mais as cidades e suas atrações, mas os lugares recônditos onde encontram as belezas naturais e um meio ambiente mais preservado. Observa-se um aumento na contestação dos valores do sistema, do *status quo*, a alimentação natural, a medicina alternativa, os movimentos artísticos marginais ganham força. As vanguardas são fecundadas pela pregação do amor e da paz, da convivência solidária.

Esse período romântico tem uma curta duração, mas a ecologia e a consciência ambiental crescem em proporções geométricas. O ambiente científico começa a apontar seus indicadores em direção à obtenção de avaliações da situação do planeta, o estudo e a pesquisa sobre os ciclos de interação entre os seres vivos vão trazer o conceito de biodiversidade; as leituras trazidas por esses indicadores, ao lado é claro, da constatação da evidente degradação de muitas áreas do planeta, produzem um volume de informações preocupantes sobre a preservação da própria espécie humana.

É insólito que a modernidade, com suas promessas de bem-estar para todos, tenha trazido também as vicissitudes que criaram as condições para uma predação intensiva dos recursos naturais, que agravaram, em pouco tempo, as condições ambientais. A poluição resultante da tecnologia industrial passa a ameaçar os habitantes das grandes cidades: agrotóxicos, alimentos sintéticos, pesticidas, plásticos, uma infinidade de novos compostos químicos é lançada no solo, nos rios, nos mares. A pressão demográfica e a desigualdade social aumentam a criminalidade e a violência nos grandes centros, cai o nível de emprego.

Entretanto, cada vez mais áreas da ciência passam a envolver-se com as questões ambientais; as ciências sociais também deslocam o seu foco de estudos de uma perspectiva antropocêntrica para reconhecer que os processos políticos e sociais por si só não seriam capazes de resolver a insólita equação do equilíbrio entre a provisão e distribuição das riquezas e a manutenção dos estoques de recursos naturais. A fragmentação do conhecimento, o paradigma de Bacon e Newton no que se refere à dominação da natureza parece chegar ao fim (Sagasti, 1997, *apud* Sachs, Op. Cit.) incapaz de lidar com os novos problemas.

Esses problemas [...] são sistêmicos, o que significa que estão intimamente interligados e são interdependentes. Não podem ser entendidos no âmbito da metodologia fragmentada que é característica de nossas disciplinas acadêmicas e de nossos organismos governamentais. [...] Uma resolução só poderá ser implementada se a estrutura da própria teia for mudada, o que envolverá transformações profundas em nossas instituições sociais, em nossos valores e idéias. (Capra, 1982 p. 23)

A Conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo (1972), instalou definitivamente o problema do meio ambiente no centro das discussões internacionais. Naquela ocasião foi estimulada a criação de agências dedicadas principalmente à avaliação de indicadores socioambientais e a recomendação para a adoção de políticas centradas no aumento da qualidade de vida das populações, para a internacionalização das discussões e acordos. Os problemas ambientais apontam para a necessidade de conversações bilaterais, regionais, globais.

Evidenciou-se que o modelo de desenvolvimento até então adotado não era mais possível. Também não seria impossível estancar o desenvolvimento sem o agravamento da situação das populações mais pobres.

Entre as posições radicais do crescimento zero e da manutenção do mesmo modelo desenvolvimentista, emerge um novo paradigma: o “caminho do meio”. O Relatório Dag Hammarskjöld *What Now*, (1975, p.7), coloca esse novo paradigma:

Desenvolvimento é uma totalidade, ele é integral, prenhe de valores, é um processo cultural que engloba o meio ambiente natural, relações sociais, educação, produção, consumo e qualidade de vida. A pluralidade de vias para o desenvolvimento ajusta-se às situações culturais ou naturais, não existe uma fórmula universal.

O desenvolvimento é endógeno, emerge do coração de cada sociedade, baseado inicialmente na sua própria força e recursos [...] (tradução nossa).

Em 1987, o documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland, define o conceito de desenvolvimento sustentável: aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Essa definição vaga foi duramente criticada, e segundo Hobsbawn (apud Jacobi, 2005 p. 236) “convenientemente sem sentido”. Entretanto a disseminação do conceito se faria de maneira tão rápida que logo passaria a ser usado com inúmeros e diferentes sentidos, de acordo com a conveniência do narrador.

Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável remete à necessária redefinição das relações entre sociedade e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório. Entretanto, a falta de especificidade e as pretensões totalizadoras têm tornado o conceito de desenvolvimento sustentável difícil de ser classificado em modelos concretos, operacionais e analiticamente precisos. Por isso, ainda é possível afirmar que não se constitui num paradigma no sentido clássico do conceito, mas numa orientação ou enfoque, ou ainda numa perspectiva que abrange princípios normativos (Jacobi, 2005).

Em que pese o fato de reunir correntes tão contraditórias sob um mesmo território, a noção de sustentabilidade é aceita quase universalmente. O crescimento desse consenso já era apontado no documento *The Hague Report*, resultado do encontro de pensadores reunidos em Haia (1991). Mesmo admitindo o fato de não existir ainda consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável nem sobre um plano concreto para adquiri-lo, reconhece o crescimento desse consenso. Com o ambicioso título *Do Conceito à Ação* os pensadores argumentam a necessidade de que os novos modelos de desenvolvimento sustentável tenham foco **nas pessoas**. Ressaltando o fato de que a preocupação central é com a espécie humana, a preservação ambiental é referida como um meio e não como um fim. Propostas de sobretaxa de recursos naturais e multas para empresas agressoras do meio ambiente, bem como o controle das emissões de carbono estão presentes no Relatório.

O Rio de Janeiro foi a sala escolhida para a realização da II Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento. Seu resultado mais visível é a Agenda 21 – o plano de ação onde são elencadas ações de curto, médio e longo prazo, um programa estratégico que aponta para uma parceria de consenso entre a sociedade e os governos. Essas estratégias constituíram-se simultaneamente em um plano de ação bem como um dos indicadores para a aferição do (des)envolvimento de uma comunidade, cidade, região ou nação com relação à questão da sustentabilidade.

O documento *What Now* destacava os estudos de teóricos das ciências sociais do Terceiro Mundo como um dos principais motivos para o redirecionamento da política de desenvolvimento mundial no âmbito das Nações Unidas em 1972. Naquela época, o foco das atenções era o Terceiro Mundo: “A crise do desenvolvimento repousa na pobreza das massas do Terceiro Mundo”(Op. Cit., p.5)

Agora, no Rio, a situação já era bem diferente. Já se identificava a intensificação da crise, o neo-liberalismo suplantando as políticas do *welfare* européias e o desemprego já alastrando-se pelo Primeiro Mundo. Aqui já não mais é usada a expressão Terceiro Mundo, e sim, “países em desenvolvimento”. A Agenda 21 inicia suas considerações afirmando que “nenhum país poderá alcançar sozinho a completa satisfação de suas necessidades, o aumento da qualidade de vida, a gestão segura do meio ambiente”. E continua a enfatizar o aspecto econômico, alertando para a necessidade de um fluxo maior de recursos em direção aos “países em desenvolvimento”, para que estes possam efetuar ações de desenvolvimento sustentável (ONU, 2007).

Essa posição de prevalência do viés econômico, mesmo quando associado à questão ambiental, replica-se nos discursos nacionais.

Uma das principais questões que teremos que resolver, para viabilizar a esperança de um futuro melhor, é como preservar a base ambiental para o desenvolvimento sustentável. Para isto, será necessário reduzir drasticamente os processos de erosão e acidificação dos solos, de degradação dos recursos hídricos, de destruição das florestas nativas e da perda da diversidade biológica. Entretanto, os atuais sistemas de Contabilidade Nacional (Produto Interno Bruto etc...) não refletem adequadamente o esgotamento e a degradação dos recursos naturais e do meio ambiente. A adoção de metodologias de contabilidade ambiental [...] será certamente um instrumento indispensável para ajudar os países em desenvolvimento a atingir o desenvolvimento sustentável. (Lemos, 1995)

Embora o Capítulo 8 da Agenda 21 conclamasse as nações para uma equalização entre as políticas econômicas, sociais e de meio ambiente, o que se viu nos anos seguintes foi um aumento da porcentagem de pessoas vivendo na pobreza absoluta, especialmente nos **países em desenvolvimento** (ONU, Op. Cit., grifo nosso).

Embora os aspectos sociais sejam apontados pelos cientistas sociais como aqueles determinantes para a viabilidade das ações de desenvolvimento sustentável, os protocolos e documentos das agências internacionais, replicadas pela maioria dos países membros, trazem sempre em seu bojo a urgência nas modificações dos fluxos de capitais como forma de promover um *upgrade* na situação dos países em desenvolvimento. Sob essa ótica, um discurso sub-reptício sempre aponta a razão do desequilíbrio para esses mesmos países, muitas vezes com uma não-declarada lógica malthusiana. Objetiva-se a manutenção dos recursos naturais desses países, uma vez que os mais desenvolvidos já esgotaram (ou quase) os seus. Entretanto, a discussão sobre níveis de consumo, responsabilidade dos países desenvolvidos na dívida ambiental em escala planetária, o custo de suas “revoluções” industriais e científicas às expensas da dominação e exploração dos povos nos sucessivos

períodos da colonização ao neo-liberalismo, aparece nesses discursos de forma tímida e generalizada, estando representada principalmente nos fóruns sociais, nas iniciativas de setores organizados da sociedade que se opõem aos discursos “oficiais”.

O discurso político sofre então uma drástica mudança. A globalização torna-se a palavra chave para corroer o consenso normativo encorajado pelo desenvolvimento sustentável, em favor de uma competição acirrada entre Nações e alianças geo-políticas transnacionais (Becker et al, 1997, p.13). Nesse estudo citado, realizado no âmbito do Programa Management of Social Transformations (MOST)², relevam-se importantes tópicos para a compreensão do desenvolvimento sustentável, entre outros:

A necessidade de expandir o debate da mera preocupação com a gestão de recursos e preservação do meio ambiente natural para considerar a justiça social e a “qualidade de vida” como um alvo político e social (aspas do autor, tradução nossa, p.14)

A refutação da atitude androcêntrica ocidental³ que fundamenta a presunção de que os fatos sociais podem ser explicados unicamente por fatores sociais (idem, p. 16)

O conceito de sustentabilidade define-se em três dimensões: normativa, estratégica ou política e analítica (idem, ibidem, p.20). Na dimensão analítica o termo sustentabilidade “deveria ser usado inicialmente como um sinal negativo para identificar estados e processos que são insustentáveis” e evitar a definição positiva como uma norma generalizante (p. 21). A dimensão normativa refere-se aos compromissos com a compatibilidade entre metas sociais econômicas e ambientais, igualdade e justiça social, reconhecimento da diversidade cultural e manutenção da biodiversidade. A dimensão estratégica aponta para a identificação e transformação dos mecanismos existentes de não-sustentabilidade (idem, ibidem, p. 22)

Em 2002, dez anos após a Rio 92, a Carta de Joannesburgo (Ministério do Meio Ambiente, 2007) traz um tom mais conciliatório, certamente devido aos poucos resultados práticos obtidos até então. Nela, não só a pobreza dos países em desenvolvimento é ressaltada, mas que “o profundo abismo que divide a sociedade humana entre ricos e pobres, junto à crescente distância entre os mundos desenvolvidos e em desenvolvimento, representam uma ameaça importante à prosperidade, à segurança e à estabilidade globais.”

Porém os altos níveis de consumo e poluição dos países desenvolvidos não aparecem na lista das

[...] condições mundiais que apresentam severas ameaças ao desenvolvimento sustentável de nosso povo. Entre essas condições estão: subalimentação crônica; desnutrição; ocupações estrangeiras; conflitos armados; problemas com drogas ilícitas; crime organizado; corrupção; desastres naturais; tráfico ilegal de armamentos; tráfico humano; terrorismo; intolerância e incitamento ao ódio racial, étnico e religioso, entre outros; xenofobia; e doenças endêmicas, transmissíveis e crônicas, em particular HIV/AIDS, malária e tuberculose (Op. Cit., p. 3).

Sustentabilidade e capitalismo

Podemos constatar hoje, a existência de três abordagens principais sobre o desenvolvimento sustentável: a econômica, a ambiental e a social. Embora não excludentes, essas abordagens indicam a força que prevalece nos discursos dos atores envolvidos.

Tomemos como exemplo o caso da Inglaterra. Na apresentação da política de desenvolvimento sustentável do Reino Unido, o Primeiro-Ministro Tony Blair constantemente destaca a mudança climática como a grande ameaça, ou a maior ameaça, afirmando que o governo quer certificar-se de estar gastando seu [da população] dinheiro sustentavelmente, começando com o compromisso [do governo] de comprar “carros limpos”[!] (U. K. Government, 2005). E acrescenta: “Queremos garantir dividendos econômicos, sociais e ambientais para cada libra gasta”. (idem)

Assim, são definidas as prioridades para o Reino Unido:

- Consumo e produção sustentáveis
- Energia e mudança climática
- Melhoria na proteção dos recursos naturais e meio ambiente
- Comunidades sustentáveis

No último dia 17/3/07, o governo inglês apresentou seu projeto de lei *The Climate Change*, segundo ele “o primeiro desse tipo em qualquer país, demonstrando nossa determinação em continuar a desempenhar esse papel de liderança”. (U. K. Government... 2007)

A consciência ecológica, as preocupações com a preservação do meio ambiente têm, assim como o conceito de desenvolvimento sustentável, servido como referência para diversos e antagônicos tipos de discursos (e ações). Por um lado, as organizações não governamentais que se dedicam à causa da natureza procuraram através de previsões cada vez mais alarmantes sensibilizar os cidadãos do mundo. Ações pirotécnicas e de grande impacto na mídia foram seus principais meios de propaganda. O resultado foi uma fantástica capitalização dessas organizações, muitas das quais se tornaram ricas e poderosas, despertando no mundo dos negócios a cobiça por este filão que viria se mostrar como o mais rentável da atualidade. Assim, proliferam atualmente inúmeros “institutos de desenvolvimento sustentável”, as empresas procuram maquiagem seus produtos com qualquer característica que lembre a preservação ou conservação da natureza e outras lançam campanhas enganosas associando a fabricação de seus produtos com, por exemplo, o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O desenvolvimento sustentável e a ecologia tornaram-se um grande – e ótimo – negócio. Exemplo bem demonstrativo desse casamento de sucesso é o livro lançado pelo Sustainable Development Institute de Washington, de autoria de Roger D. Stone com o sugestivo título de *Tropical forest and the human spirit*. O Sr. Stone tem no seu currículo a funções de (ex) vice-presidente da World Wildlife Fund e... do Chase Manhattan Bank [!] (SDI, 1998).

Ruído na comunicação – um dos subprodutos dessa associação, ou melhor dessa apropriação do discurso ecológico pela estrutura capitalista é a campanha do aquecimento global. A errônea – ou talvez proposital - colocação das mudanças climáticas como sinônimo do aquecimento global faz com que diariamente sejam lançadas na mídia informações que, travestidas de verdades científicas, criam o clima adequado para que governos, agências internacionais e ONGs amealhem substanciais recursos. Intimidados pela catástrofe iminente, os contribuintes vêm como adequadas as vultosas quantias destinadas a financiar projetos supostamente de sustentabilidade - duvidosa, uma vez que baseados em hipóteses.

Segundo a NASA, os pesquisadores usam dados de outros períodos de aquecimento na história do planeta para estimar impactos climáticos com uma função da temperatura global, modelos climáticos para simular o aquecimento global (NASA, 2007). Estudos recentes

demonstram a importância das erupções vulcânicas como reguladoras da temperatura global. As partículas lançadas na atmosfera produziram um efeito resfriador sobre a superfície do planeta. Alguns clamores sobre o degelo na Antártida contradizem as medições de satélite, segundo as quais

O ligeiro resfriamento de toda a cobertura de gelo observada tanto in situ como nos registros de satélite durante os últimos 20 anos é intrigante, já que durante este mesmo período um aquecimento generalizado é observado globalmente. (Comiso, 2000, p. 21, tradução nossa).

A transformação do sério problema ambiental do planeta em um discurso catastrófico pode não ser o caminho mais adequado para o manejo da sustentabilidade, pois tem servido para fortalecer, por paradoxal que pareça, o discurso das grandes potências e do capital transnacional, uma vez que uma situação tão portentosa só poderá ser resolvida verticalmente, pelos detentores da tecnologia.

Patrimônio e sustentabilidade

Nesse cenário de incertezas, qual o papel dos museus e do patrimônio?

A Declaração de Santiago, trazendo os princípios de base do museu integral já começa a responder essa questão quando considera o museu como “uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante, e que possui em si mesmo os elementos que lhe permitem contribuir para o engajamento das comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, ou seja, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais” (UNIRIO, 2006)

Constatando que “a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber”, a Declaração Universal da UNESCO de 1981 eleva a diversidade cultural à categoria de “patrimônio comum da humanidade, tão necessária para a humanidade como a biodiversidade biológica para os organismos vivos e cuja defesa é um imperativo ético indissociável do respeito à dignidade individual”. (UNESCO, 1981). Assim, a preservação e a valorização do patrimônio adquirem importância fundamental para a consecução das transformações sociais, necessárias para que a humanidade galgue nível mais alto de qualidade de existência.

A emergência de uma Nova Museologia já foi associada à ascensão de um novo modelo de desenvolvimento (Moreira, 1988). A ampliação do conceito de patrimônio, do cultural ao natural, resultou na noção de patrimônio integral, ou seja, ‘o conjunto de todos os bens naturais ou criados pelo homem, sem limite de tempo ou de lugar’ (Desvalés, 1999, p. 52). A evolução desses conceitos traz então novos horizontes e desafios para a reflexão museológica e para as práticas das instituições museais.

“A responsabilidade do museu no mundo de hoje é ser um agente ativo de transformação social, oferecendo um suporte indispensável aos programas de desenvolvimento” (Scheiner, 1994). Eles devem “dar testemunho dos contextos sociais em que se acham inseridos [...] permitir que seus visitantes apreendam a complexidade do mundo moderno fazendo referência ao mapa sócio-econômico deste mundo. A museologia deve dar testemunho desta heterogeneidade” (Barros, 1998).

Nesse sentido podemos destacar a proposta de estabelecimento de uma ética global (Carta da Terra, 2000) relacionada ao ambiente e ao desenvolvimento. O ICOFOM LAM “vem se dedicando, desde a sua primeira conferência (Buenos Aires, 1992) a discutir as relações entre museologia, ambiente integral, patrimônio e desenvolvimento sustentável – não apenas como linha filosófica, mas como proposta ética” (grifo nosso).

Nós precisamos fazer uma revolução. Não será uma revolução política, mas mais básica do que a política, que é uma revolução ética. Isto é, quando falamos de ética, falamos dos comportamentos, falamos de alguns valores fundamentais que devemos realizar. E se não os realizamos, colocamos em risco a vida da espécie humana e a nossa própria vida. Colocamos em risco as bases físico-químicas, que sustentam a biosfera. E esses valores têm que ser fundados em algo muito evidente, que não precisa ser explicado, que imediatamente pode ser vivido, colocado em prática, porque o tempo urge, não temos muito tempo. E eu vejo que a base fundamental para sustentar uma ética humana é a ética do cuidado, a ética da compaixão, a ética da responsabilidade e a ética da solidariedade e cooperação. (Boff, 2003, p.1)

A Declaração de Caracas (1992) reafirma o papel do museu não só como a como a instituição idônea para a valorização do patrimônio, mas como instrumento útil para lograr um desenvolvimento humano equilibrado e com maior bem estar coletivo.

A preservação da integralidade do patrimônio é um atributo do Museu. Mas para que isso aconteça é necessária a compreensão integral dos valores desse patrimônio. Tendo em vista a intrincada interconexão dos saberes envolvidos com o patrimônio integral, precisamos de uma disciplina que faça as conexões rizomáticas para gerar essa desejada compreensão, essa ampliação de consciência da sociedade humana em relação à sustentabilidade.

A museologia vem tornar possível essa conjugação das diferentes disciplinas acadêmicas que encontram-se separadas, na reunião dos diversos tipos de objetos patrimoniais constituintes do complexo cultural (Maroevic, 1997).

Se o que se deseja é um empoderamento das células sociais e comunitárias, o reforço nas ações de cidadania, compreendidas na forma de direito às necessidades básicas, incluindo-se aí a cultura e o lazer, temos que reconhecer que “não há solução ‘global’ possível num universo de multiplicidades e contradições, e que a verdadeira nova ordem é a da complexidade” (Scheiner, 2000).

A educação ambiental e patrimonial tem sido uma privilegiada via de ação para o desenvolvimento da consciência ambiental. Entendemos aqui a educação ambiental situada num amplo contexto de educação para a cidadania, como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos (Jacobi apud Jacobi Op. Cit., p. 243) Seu eixo de atuação buscando “a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença por meio de formas democráticas de atuação baseada em práticas interativas e dialógicas” (idem, p.243).

Já em 1988 Moreira (Op. Cit., p. 12) chamava a atenção para o urgente e inevitável debate entre museus e escolas no sentido de uma cooperação ativa e programada. E, efetivamente, os museus inseriram a ação educativa como uma de suas principais vertentes de comunicação. Porém, em 1988 a Comissão de Educação e Comunicação da IUCN - União Internacional para Conservação da Natureza já denunciava o fato da educação ambiental estar sendo enfocada na infância, com especial ênfase no setor formal da educação, o fato da validade desse processo para os adultos frequentemente negligenciado. O mesmo documento aponta para a insuficiência da conscientização ambiental, é preciso criar mecanismos de

participação - eles próprios processos educativos – e apoio para a gestão de processos que resultem em ações responsáveis e busca de soluções.

Campos (1993) aponta para a construção de conhecimentos em atos de percepção/observação/participação, transcendendo as disciplinas. Destaca a necessidade de “incluir nas questões ambientais a situação do Ser Humano nos centros urbanos, evitando a visão romântica e elitista da Educação Ambiental como uma “fuga para o verde” sem contestação no “cinza” (meio urbano)”. E acrescenta: “Com relação ao levantamento de questões, posturas e ações a serem tomadas, a maior diversidade aparente do meio urbano é mais desafiante à integração de disciplinas na solução de problemas reais” (Op. Cit., aspas do autor). Podemos acrescentar que é no espaço de vida do indivíduo onde ele projeta seus maiores afetos, onde ele procura a(s) identidade(s) que fortalecem o seu estar no mundo.

Todos esses fatos mostram os espaços abertos para a atuação da instituição museu, que através da utilização do patrimônio como mediador e utilizando sua capilaridade, sua forte ascendência no imaginário social, constitui-se num importante instrumento para promover transformações sociais nos múltiplos níveis, necessárias à sustentabilidade. Movimento que deve contrapor-se às tendências do cenário cultural atual, onde a redução do papel social das comunidades locais tem resultado na baixa valorização das identidades e percepção do patrimônio natural e cultural.

Enfatizar o caráter afetivo [...] que inscreve os acontecimentos numa realidade mais ampla, praticamente ilimitada, e onde cada gesto, cada palavra, cada olhar se desdobram infinitamente [...] impregnando a tessitura de uma rede onde somos ao mesmo tempo atores, intérpretes e objetos (Scheiner, 2000, p. 49)

Considerações finais

“eu não sei quanta vezes/
vi a mesma cena no cinema” (Rita Lee)

Agora, já sabemos o que deu errado com a comunidade pesqueira em Araçatiba, Ilha Grande. Após dois séculos de convivência pacífica com a natureza e seus recursos, a introdução de um sistema de comércio predador, gerado pelas crescentes pressões trazidas pelos desejos de participação na sociedade “do continente” – mais do que justos, diga-se de passagem – alterou o equilíbrio natural homem x natureza que garantia a sustentabilidade, pacto esse que foi definitivamente anulado com a invasão de um grupo social mais poderoso (capitalizado). O resultado foi um bouleversamento nos processos identitários, enfraquecimento da comunidade local, degradação do meio ambiente, reapropriação dos espaços. Uma reprodução, em pequena escala geográfica e em tempo condensado dos mesmos problemas que afetam todo o planeta.

Os problemas são de todos nós. As soluções também.

REFERÊNCIAS

- BARROS, I. Novos cenários culturais da museologia no contexto da mundialização. **Museologia, Sociedade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável**, Caderno 3, p.41. Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH.
- BECKER, E; JAHN, T; STIESS I; WEHLING, P. Sustainability: A cross-disciplinary concept for social transformations. **MOST Policy Papers** nº 6. UNESCO, 1997.
- BOFF, L. **É preciso cuidar da vida**. Transcrição de fala proferida no III Fórum Social Mundial, durante o seminário promovido pelo Instituto Paulo Freire sobre a CARTA DA TERRA, no dia 24 de janeiro de 2003. Disponível em <<http://www.paulofreire.org/>>. Acesso em 25 jul. 2007.
- CAMPOS, M. Educação ambiental entre o céu e a terra: relações homem/natureza na construção do saber. **Museologia, Caderno de Textos** nº3. Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH. 1993.
- CAPRA, F. **O Ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- COMISO, J. C. Variability and Trends in Antarctic Surface Temperatures from In Situ and Satellite Infrared Measurements. **Journal of Climate**, 13: p.21. Disponível em <<http://ams.allenpress.com/archive/1520-0442/13/10/pdf/i1520-0442-13-10-1674.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2007.
- DESVALLÈS, A. **Thesaurus**. ICOM, ICOFOM, 1999.
- JACOBI, P.R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa** v. 31, n. 2, p. 233-250. São Paulo: 2005.
- LE MOS, H. M. **Desenvolvimento sustentável**. Transcrição de palestra proferida em 06 de abril de 1995, durante o ciclo de debates Cinco e Meia Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Série meio ambiente em debate, 3, 1996. Disponível em <<http://ibama2.ibama.gov.br>>. Acesso em 22 jul. 2007.
- MAROEVIC, I. **O papel da musealidade na preservação da memória**. Trabalho apresentado no Congresso Anual do ICOFOM, Paris 1977.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/joanesburgo.doc> Acesso em 27 jul. 2007.
- MOREIRA, F. J. Museologia e Desenvolvimento. **Caderno de Textos Museologia, Sociedade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH, 1988, p. 10.
- ONU. **Agenda 21**. Disponível em <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/agenda21chapter1.htm>>. Acesso em 26 jul. 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHEINER, T. C. M. Museologia, educación y acción comunitária. **Museologia**. Caderno 2, p. 43. Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH, 1994.

_____. Museologia, identidades, desenvolvimento sustentável: estratégias discursivas. **Museologia** Caderno 3, p. 43. Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH, 2000.

SDI - SUSTAINABLE DEVELOPMENT INSTITUTE, 1997. Disponível em <<http://www.susdev.org/>>. Acesso em 28 jul. 2007.

U. K. GOVERNMENT. **Sustainable Development Strategy 2005**. Disponível em <<http://www.sustainable-development.gov.uk/publications/pdf/strategy/Prelims.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2007.

U. K GOVERNMENT. **Sustainable Development 2007**. Latest News. Disponível em <<http://www.sustainable-development.gov.uk/what/latestnews.htm#130307>>. Acesso em 28 jul. 2007.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a diversidade cultural**, 1981. Disponível em <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em 28 jul. 2007.

UNIRIO/CCH. Declaração de Santiago. In: **Bases Teóricas da Museologia**, p. 34

Outros locais pesquisados:

<<http://www.medecines-douces.com/impatient/>>

<<http://www.iisd.org/publications/pub.aspx?pno=852>>

<<http://www.sustainabledevelopmentinstitute.org/SustainingtheForest/SustainableLinks.asp>>

<<http://www.onpeutlefaire.com>>

¹ Após o levantamento da rede, os pescadores fazem a triagem daquilo que pode ser comercializado, e o restante é jogado fora. A interrupção do ciclo natural de crescimento termina por eliminar as espécies da região.

² Programa de pesquisa da UNESCO, para impulsionar a discussão e a pesquisa na área das ciências sociais

³ Os autores citam BRAIDOTTI (1996), segundo o qual essa abordagem é uma atitude de dominação das mulheres e dos não-ocidentais, e que recebe críticas de feministas e acadêmicos pós-coloniais